

A implantação da produção do arroz orgânico nos assentamentos rurais da Metade Sul do RS e sua contribuição para o desenvolvimento territorial sustentável
Implementation of organic rice production in rural settlements in the Southern region of RS and its contribution for sustainable territorial development

ZANELLA, Francis Casagrande¹; ABEL, Astrid²; ROCHA, Jefferson Marçal da^{1,3}

1 Universidade Federal do Pampa, franciszanela@gmail.com; 2 Universidade Católica Dom Bosco, astrid.abel@yahoo.fr; 3 jeffersonrocha@unipampa.edu.br

Resumo

Neste trabalho analisou-se a implantação da produção de arroz orgânico nos assentamentos de reforma agrária na Metade Sul do Rio Grande do Sul. Partiu-se de uma análise histórica sobre a formação socioeconômica da região, da constituição do bioma Pampa, seu ecossistema preponderante, e da abordagem teórica acerca da territorialização dos movimentos sociais de luta pela terra nesta região. Utilizou-se de informações bibliográficas e documentais, além de entrevistas com atores envolvidos com a produção de arroz orgânico. Considera-se que a implantação de assentamentos rurais contribuiu para uma nova perspectiva de produção agroecológica para a região. A produção de arroz orgânico, mesmo em processo inicial, se constitui em um importante mecanismo para o desenvolvimento territorial sustentável da Metade Sul.

Palavras-chave: MST; reforma agrária; agricultura familiar; bioma Pampa; campesinato.

Abstract: In this article we analyzed the implementation of organic rice production in the agrarian reform “assentamentos” in the Southern part of “Rio Grande do Sul”. Starting from a historical analysis of the socio-economical formation of the region, the constitution of the Pampa biome, its predominant ecosystem, and theoretical approach about territorialization of social movements fighting for the land in this region. Using bibliographical, documentary information, and interviews made with actors involved in the organic rice production. We considerate that the implementation of rural “assentamentos” contributes to a new perspective of agroecological production in the area. The production of organic rice, even in the initial process, constitutes an important mechanism for sustainable territorial development in the Southern part.

Keywords: MST; land reform; family farming; Pampa biome; peasantry.

Introdução

A Metade Sul do Rio Grande do Sul (RS) é considerada região estagnada social e economicamente, e por isso nas últimas décadas foi alvo tanto de pressões pela reforma agrária como de políticas para crescimento econômico. Para avaliar estratégias de desenvolvimento é necessário entender o contexto histórico, social, econômico e ambiental em que a região se insere. Por isso, este trabalho parte de uma contextualização dos processos de formação da Metade Sul no contexto econômico e político, e do bioma Pampa na sua configuração ecológica. Analisa-se este contexto a partir da recente entrada de novos camponeses em assentamentos rurais, tendo como foco a análise em uma de suas práticas: a produção de arroz orgânico.

Considera-se para isso que a produção de arroz é uma prática agrícola convencional na Metade Sul desde o início do século XX. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no processo de territorialização em assentamentos rurais na Metade Sul, incentivou a transição agroecológica da produção de arroz convencional na região. Esta foi uma estratégia com o objetivo de diferenciar os produtos da reforma agrária e relacioná-los com a produção orgânica e saudável, em contraponto ao modelo convencional praticado na região.

Além de uma contextualização acerca da difusão da produção de arroz orgânico nos assentamentos da Metade Sul, se analisou essa estratégia na perspectiva teórica da sua contribuição para o desenvolvimento territorial sustentável.

Metodologia

As fontes de dados do trabalho foram análises bibliográficas e documentais e entrevistas com agentes qualificados que estiveram ligados as estratégias de assentamentos rurais na região nas últimas décadas, além de representantes dos agricultores assentados. Partiu-se de uma análise da dimensão histórica, sobre a formação socioeconômica da região e da constituição do bioma Pampa, a fim de analisar o processo de degradação e substituição dos campos, e com isto apontar a necessidade de estratégias para a transição agroecológica para região. A abordagem exploratória acerca da territorialização dos movimentos sociais de luta pela terra na região, através de entrevistas com assentados, membros do MST, poder público e assessoria técnica, realizadas no primeiro semestre de 2014, permitiu identificar pontos positivos e negativos da estratégia de produção de arroz orgânico, numa análise de sua contribuição para o desenvolvimento territorial sustentável na Metade Sul.

Resultados e Discussão

A partir da análise da história ambiental do Pampa, descrita por Cruz e Guadagnin (2010), a formação e atual configuração em fitofisionomias campestres do bioma Pampa estão associadas a um processo de co-evolução entre o manejo motivado pelas necessidades humanas e as respostas ambientais de adaptação dos ecossistemas a esta e outras variáveis. Conforme estes autores, há aproximadamente 12 mil anos com a entrada do ser humano na região por tradições indígenas até os recentes processos de expansão da agricultura industrial e mudança do clima, este bioma passou por sucessivas transformações.

Do ponto de vista histórico, parte significativa dessas mudanças está ligada à colonização européia na América do Sul. A partir de meados do século XVIII se intensificou a disputa entre portugueses e espanhóis pela ocupação da região sul do território brasileiro, em especial pela delimitação das terras do extremo sul do Brasil. Foi a partir da estratégia político-militar da coroa portuguesa, na finalidade de efetivar a posse das terras em seu nome, que se deu a distribuição de grandes extensões de terras, as denominadas sesmarias, que foram determinantes para a formação latifundiária da região (Pesavento, 1985).

Esse processo de ocupação gerou desigualdades sociais e estagnação socioeconômica na Metade Sul do estado, principalmente a partir do início do século XX. A expansão da agricultura industrial, sobremaneira a partir de meados desse século, representa uma tentativa de crescimento econômico e resultou em amplo e contínuo processo de substituição dos campos por cultivos agrícolas. Como resultado deste processo, pode-se contabilizar uma supressão de áreas com pastagens naturais em 41%, num período de 36 anos, entre 1970 e 2006 (IBGE, 2012), restando apenas 13% da área original em bom estado de conservação (MMA, 2007 apud Cruz; Guadagnin, 2010). Sob ameaça está um relevante conjunto de biodiversidade, em estimativas de 3000 espécies vegetais, mais de 100 de mamíferos e quase 500 espécies de aves (MMA, 2003).

Mas os impactos não se deram apenas sobre o aspecto ecológico. No RS, principalmente a partir dos anos 1970, a modernização da agricultura foi difundida conforme o modelo agrícola capitalista. Medidas como os créditos e financiamentos, difusão de pacotes tecnológicos e o aumento dos preços da terra, contribuíram ao endividamento e êxodo rural, com a formação de

uma “mão de obra sobrando”, e de fato, milhões de arrendatários, de parceiros ou de filhos de agricultores, ficaram sem a terra na impossibilidade de “reprodução social”.

No período subsequente, emergem vários movimentos sociais combatentes dos impactos profundos da “revolução verde”, oriundos das regiões de “colônia” nos estados do sul do país, que constituíram o MST (Navarro, 1999). Como resultado dessas lutas, o processo de criação dos assentamentos no RS pode ser identificado em três fases. Nas primeiras, de 1978 a 1984 e de 1985 a 1989, as desapropriações se concentraram no norte do estado, região de origem das famílias. Os anos de 1990 marcaram a criação de assentamentos na parte da Metade Sul, áreas das grandes propriedades ligadas à pecuária extensiva, devido à falta de terras desapropriáveis na região norte houve um redirecionamento da política de assentamento no Estado. Esse fenômeno reflete a territorialização das pressões sociais do movimento na Metade Sul (Alves *et al.* 2007).

A política de assentamento da Metade Sul foi fruto da luta do MST no RS, pois mesmo que não atingisse os problemas estruturais da concentração das terras na região foi uma reconquista dos meios de produção para os pequenos agricultores. O MST propõe uma redistribuição mais justa da terra, com a democratização da terra e as desapropriações das grandes propriedades rurais que não cumprem função social, ou seja, lutam para a aplicação da Reforma Agrária. O movimento contém a proposta de um novo modelo agrícola, baseado na produção agroecológica de alimentos, fornecendo alimentação saudável e respeitando os recursos naturais do bioma Pampa. Essa proposta busca também o desenvolvimento de práticas agroecológicas como uma nova matriz tecnológica, onde cada um participa de processos de construção do conhecimento, na ideologia da “difusão social de técnicas e práticas” com a organização de dias de campo, de trocas e sistematização de experiências. O modelo baseado nas práticas agroecológicas deve reforçar os sistemas de trabalho cooperativo e também acompanhar um desenvolvimento do meio rural, devido à criação de pequenas agroindústrias, gerenciadas pelos camponeses, a fim de criar também oportunidades de trabalho para os jovens e as mulheres (MST, 2010).

Como reflexo desta orientação, já em meados de 2000 o cultivo de arroz orgânico no RS teve início, por iniciativa das famílias assentadas. Deu-se na região metropolitana de Porto Alegre, com o apoio de cooperativas ligadas aos movimentos sociais aos quais se vinculam, em especial do MST. Foram motivados pelo compromisso com a produção agroecológica e a perspectiva de conquistar um mercado diferenciado, uma vez que os agricultores assentados, que produziam arroz convencional se inviabilizavam economicamente devido à forte concorrência do arroz produzido pelo monocultivo latifundiário, dos baixos preços do arroz e dos altos custos de produção com o uso de agrotóxicos e outros insumos (Campos e Medeiros, 2011).

A produção do arroz orgânico assume maiores proporções no RS ao longo da última década, e não apenas nos assentamentos localizados aos arredores de Porto Alegre. A região da Metade Sul, principalmente em assentamentos de São Gabriel, Manoel Viana e Santa Margarida do Sul, também se integram a esta rede de produção. O Plano Safra 2013/2014 de arroz orgânico no RS demonstra as proporções que esta estratégia assumiu, com produção estimada de 453.467 sacas, em uma área de 4.648,3 hectares, com a participação de 522 famílias, em 15 assentamentos de 12 municípios (Delatorre, 2013).

Tomando-se essa iniciativa de agricultura agroecológica como modelo alternativo proposto na Metade Sul e levando-se em conta o contexto ecológico do bioma frente à modernização da agricultura, é necessário fazer-se uma análise dos principais aspectos desta estratégia. Considera-

se que o desenvolvimento para ser territorial e sustentável deve levar em conta princípios ambientais, sociais, econômicos e culturais, fortalecendo novas redes agroecológicas e solidárias, combatendo desigualdades, contendo elementos do potencial endógeno (características e recursos locais) e sendo apropriado pelos atores do território.

Algumas tendências benéficas podem ser destacadas com a produção de arroz orgânico nos assentamentos rurais: a) os dois primeiros passos do processo de transição agroecológica (Gliessman, 2005) com aumento da eficiência de práticas convencionais, reduzindo o uso de insumos externos, e com substituição de insumos e de práticas convencionais por práticas da agricultura de base ecológica (exceto quando já se inicia em passos avançados); b) a produção de alimentos saudáveis para abastecimento de mercados locais e de programas institucionais; c) a demonstração de resultados benéficos à sociedade provenientes da política de assentamentos rurais, como forma de justificar a necessidade de reforma agrária não só como conversão do latifúndio em área produtiva de alimentos, mas de alimentos orgânicos saudáveis (soberania alimentar); d) contínuo processo de produção de conhecimento na relação de observação e ação do manejo agroecológico para a constituição de uma matriz tecnológica social onde os saberes são elaborados coletivamente e são de posse de todos; e e) processo de reterritorialização na medida em que aumenta a autonomia, o conhecimento, e o controle territorial dos camponeses.

Entretanto, a partir do manejo do arroz orgânico algumas tendências potencialmente prejudiciais podem ser colocadas em questão ao se relacionar este tipo de cultivo com o processo de substituição do bioma por diferentes matrizes produtivas: a) continuidade do processo de supressão da vegetação natural e principalmente das já escassas áreas de várzea; b) continuidade no processo de fragmentação da paisagem natural do bioma; c) elevada quantidade de consumo de água no manejo; e d) manejo intensivo altamente dependente de insumos.

A produção agroecológica de alimentos não deixará de ser importante e necessária. Entretanto seu processo de produção deve ser planejado de modo coerente com o bioma em que se insere. O processo de degradação do bioma Pampa exige medidas imediatas de controle do avanço da substituição da vegetação natural e neste contexto a produção de arroz orgânico é potencialmente sustentável. Salienta-se que algumas medidas podem ser adotadas visando à produção de arroz orgânico de forma mais adaptada ao bioma: a) planejamento na escala da paisagem para ordenamento territorial quanto à quantidade e distribuição de áreas cultivadas; b) cultivo preferencialmente em várzeas já convertidas e/ou degradadas; e c) pesquisa sob a perspectiva agroecológica para melhor desempenho produtivo, do uso da água e demais insumos no manejo do arroz orgânico.

Conclusões

Os movimentos sociais, principalmente o MST, implantaram uma nova perspectiva ecológica de produção de alimentos em sua recente territorialização na Metade Sul, a partir da política de assentamentos rurais. A sua contribuição para a conservação do bioma Pampa está ligada ao manejo ecológico dos recursos naturais locais a partir do conhecimento dos assentados na construção de uma nova matriz tecnológica. O arroz orgânico é viável para uma produção de base ecológica, mas ainda necessita de uma estratégia territorial na escala de paisagem. Esta perspectiva associada à produção de alimentos saudáveis e as novas dinâmicas nas áreas rurais são as principais contribuições do processo de reforma agrária na região.

Agradecimentos

CNPq (Bolsa Produtividade Pesquisador 2) e Fapergs (Bolsa Iniciação Científica). COPTEC e assentados da reforma agrária na Metade Sul.

Referências bibliográficas

- ALVES, D.; SILVEIRA, V. C. P.; FERREIRA, E. R. Territorialização camponesa, identidade e reproduções sociais: os assentamentos rurais na metade sul do Rio Grande do Sul. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, v.2, n.4, p. 82-97, ago. 2007.
- BORBA, M. F. S.; TRINDADE, J. P. P. **Laboratório de estudos em agroecologia e recursos naturais da Embrapa Pecuária Sul**: articulando produção e conservação. Bagé: Embrapa Pecuária Sul, 2010. 25 p.
- CAMPOS, S. S. C.; MEDEIROS, R. S. V. Análise territorial da cadeia produtiva do arroz ecológico nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre – resultados preliminares. In: VI Encontro de Grupos de Pesquisa, 1, 2011, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente, SP: UNESP, 2011.
- CRUZ, R. C.; GUADAGNIN, D. L. Uma pequena história ambiental do Pampa: proposta de uma abordagem baseada na relação entre perturbação e mudança. In: COSTA, B. P.; DIECKEL, M. E. G. (Org.). **A sustentabilidade da Região da Campanha-RS**. Santa Maria-RS: UFSM, PPG Geografia e Geociências, Dep. de Geociências, 2010, v. 1, p. 155-179.
- DELATORRE, A. **Agroecologia e desenvolvimento**: experiências e perspectivas no âmbito da reforma agrária. (Palestra) VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia. Porto Alegre. 28 nov. 2013.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre-RS: Editora da UFRGS, 2005. 3 ed. 653 p.
- IBGE. **Confronto dos resultados dos censos de 1970, 1996, 2006, 2010 e 2012 - Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>>. Acesso em: 04 maio 2012.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2004. **Mapa de Biomas do Brasil**. Disponível em www.ibge.gov.br/home/geociencias/default_prod.shtm#USO
- MMA. Ministério do Meio Ambiente. 2003. Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção. Instrução Normativa nº03, de 26 de maio de 2003.
- MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Plataforma política para a agricultura brasileira**. 2010. Disponível em: <http://www.mst.org.br/sites/default/files/plataforma_maio2010.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2014.
- NAVARRO, Z.; MORAES, M. S.; MENEZES, R. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (orgs.) **A formação de assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: EDUFRGS, 1999. p. 19-68.
- PESAVENTO, Sandra. **História da Indústria Sul-rio-grandense**. Guaíba-RS: Riocell, 1985.